

A AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO EDUCACIONAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE FORTALEZA

Andrea Maria Rocha Rodrigues

CEFET/CE – andreamrrodrigues@hotmail.com

Terezinha Lima de Castro Vilar

E.E.F.M. Dona Luiza Távora

Introdução

O seminário Discutindo o Plano Estadual de Educação 2003-2006, promovido pela Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC), elegeu 10 desafios, propostos no Plano de Educação “Escola Melhor Vida Melhor”, que delineiam as políticas com vistas a produzir indicadores de melhoria da qualidade dos serviços educacionais, dentre eles, o aperfeiçoamento do processo de Avaliação Institucional e de análise dos resultados educacionais, visando construir um processo de avaliação efetivamente capaz de contribuir para a melhoria da educação e do seu papel mediador.

Esse processo de Auto-Avaliação Institucional é uma das duas vertentes do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), constituindo um elemento fundamental para o processo educativo na perspectiva de alcançar a qualidade da escola e de contribuir para a melhoria do ensino. O SPAECE foi institucionalizado por meio da Portaria Nº 101/2000 e está sob a coordenação da Célula de Pesquisa e Avaliação Educacional (CEPAE) da Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais (COPPE) da Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC).

Na Auto-Avaliação de 2005, realizada no primeiro trimestre de 2006, a Secretaria de Educação do Ceará instituiu a Gestão Integrada da Escola (GIDE) num esforço de articular todas as ações referentes à gestão da escola. A GIDE incorporou os



instrumentos de Programa de Modernização e Melhoria da Educação Básica (PMMEB), o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). Sendo assim, a GIDE e a Auto-Avaliação Institucional são consideradas instrumentos fundamentais para monitorar a gestão educacional e, conseqüentemente, a qualidade do ensino, ou seja, eles serão assim serão mecanismos capazes de apontar caminhos para o constante aperfeiçoamento da escola.

A Auto-Avaliação Institucional é o processo intrínseco à busca de construção da autonomia da escola e da qualidade na educação. Utiliza-se do paradigma da avaliação emancipatória, caracterizando-se como processo de descrição, análise e crítica do contexto escolar, visando a transformação de sua realidade.

É precisamente, a partir da perspectiva acima levantada que a Auto-Avaliação Institucional é realizada nas escolas públicas do estado do Ceará pelo Conselho Escolar ou Grupo de Trabalho da escola (GT) e acompanhada pelos CREDE (Centro Regional de Desenvolvimento da Educação) e pela SEDUC (Secretaria Estadual de Educação).

A experiência da realização da Auto-Avaliação Institucional vivenciada numa escola pública estadual do município de Fortaleza – na qual iremos chamar de Escola Esperança, para mantermos a integridade da escola – nos impulsionou a escrever este trabalho. Com o objetivo de mostrar a toda comunidade como funciona o processo de Auto-Avaliação Institucional das escolas públicas estaduais como um todo, e em especial uma do município de Fortaleza, nos interessa saber se há, de fato, legitimidade durante o processo da Auto-Avaliação, onde toda a comunidade, em tese, participa de sua elaboração.

Abordaremos a princípio um breve histórico da Avaliação Institucional no Estado do Ceará, com o intuito de esclarecermos o processo de toda a avaliação institucional e como ela

passou a fazer parte da gestão das escolas públicas do estado do Ceará, levando em consideração seus princípios e objetivos. Em seguida apresentaremos os resultados da auto-avaliação da Escola Esperança, localizada no município de Fortaleza.

Retrospectiva Histórica

A mobilização em busca da melhoria, da autonomia e da democratização do ensino, a partir da década de 80, refletiu na Constituição Brasileira de 1988, ao estabelecer como um dos princípios a “gestão democrática do ensino público na forma da lei” (CF, Art.206- Inc.VI), levando os profissionais da educação não só a questionarem o modelo educacional da época, mas também a buscarem um novo estatuto para a educação.

No ano de 1996, é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9394/96, que segue muitos aspectos da referida Constituição; ampliando seus princípios, quando define as bases de sustentação do ensino brasileiro, e tendo como um de seus princípios a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino” (Lei n°. 9394/96 – Art. 3° Inc. VIII).

É nesse contexto que surge um novo modelo de gestão escolar, com inovadoras experiências. Conforme nos diz HORA (1994:21):

as teorias a respeito de administração escolar numa perspectiva democrática tem proliferado no Brasil ultimamente, no intuito de explicar sua fundamentação, apontando a gestão participativa como uma das condições necessárias para o desenvolvimento da sociedade democrática.

Deste modo, tomando a participação como pressuposto, de uma gestão democrática do ensino público, não podemos deixar de lado o envolvimento de todos os segmentos que



fazem a escola: professores, pais e alunos, funcionários, dirigentes e membros da comunidade.

São esses sujeitos que devem participar ativamente do processo de democratização da escola. Através dessa participação, foi possível realizar no Estado do Ceará, em maio de 1995, o processo de escolha de diretores das escolas públicas estaduais. Esse processo foi consolidado em 1998, com novas eleições para diretores, inovando alguns aspectos importantes que garantiram a estabilidade do processo de gestão democrática da escola pública do Estado e até hoje realizado.

A partir desde novo modelo de gestão escolar surgiu a Avaliação Institucional como uma ferramenta para garantir a realidade da gestão democrática nas escolas públicas estaduais do Ceará. Com essa nova política educacional, procurou-se criar, através da Avaliação Institucional, uma nova perspectiva de Avaliação, algo que fosse sistemático e que valorizasse as avaliações externas e o rendimento escolar, motivando a escola a refletir sobre seus próprios resultados.

Segundo Andriola (2003: 76):

Avaliar o desenvolvimento das práticas democráticas é uma necessidade que surge a partir do grau de exigência do cidadão em relação aos seus direitos, da qualidade dos serviços prestados em decorrência do seu pagamento e, no caso de serviço público, o pagamento de impostos. Ao comprar um eletrodoméstico, exige-se um de boa qualidade etc. Assim, a exigência da avaliação identifica-se com a necessidade de prestar conta e provocar um certo número de conseqüências. A avaliação das atitudes da gestão ou da administração se justifica porque, numa organização, torna-se necessário a gestão de recursos, de administração dos meios, da capacidade permanente de análises de avaliação das construções dos dispositivos a partir dos quais agimos. Para isso, é necessário analisar as práticas em termo de gestão.

A Avaliação Institucional, uma das vertentes do Sistema Permanente de Avaliação Básica do Ceará (SPAECE)¹, trouxe essa experiência pioneira de se avaliar as escolas públicas do Estado do Ceará. Iniciou-se em 1996, sob a coordenação da Secretaria de Educação Básica do Ceará (SEDUC), e apóia-se nos mesmos princípios do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

No que concerne aos princípios da Avaliação Institucional, é importante ressaltar dois deles: o princípio da adesão, princípio fundamental, onde podemos ver a participação de todos os segmentos da escola; e o da globalidade, onde a avaliação volta-se para a escola, e todos os segmentos são avaliados e, ao mesmo tempo, avaliadores, levando em consideração seus serviços desempenhos e suas inter-relações.

Ristoff in Sobrinho (1995:49) nos mostra que o princípio da adesão, mencionado por ele como adesão voluntária, “logrará êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a intensa participação de seus membros, tanto nos procedimentos e implementação, como na utilização dos resultados”.

¹ O Sistema Permanente de Avaliação Básica do Ceará (SPAECE), criado em 1992, e realizou oito levantamentos em amostras de alunos, aplicando testes de Língua Portuguesa e Matemática. Após ter passado por várias denominações e modificações ao longo de sua implementação, o Sistema Permanente de Avaliação Básica do Ceará (SPAECE) “foi criado com a finalidade de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria da aprendizagem com base na aferição do desempenho escolar dos alunos. De uma amostra inicial restrita apenas a um município, o SPAECE, foi gradativamente sendo ampliado. Primeiro, estendendo-se aos 14 municípios sedes das antigas Delegacias Regionais de Educação (DERE), hoje Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) em número de 21. Em 2003 passou a atingir todas as cidades do Ceará, com uma amostra de 28.557 alunos de 8ª série o ensino fundamental e de 3ª série do ensino médio. Em 2004 ocorre a maior e mais significativa mudança no SPAECE, quando pela primeira vez passa a incorporar a rede municipal de ensino, avaliando o maior contingente de escolas e estudantes desde sua criação” (CEARÁ, 2005).



Em 1998 o processo se repetiu, a terceira etapa ocorreu em 2002 e a quarta etapa em 2003. No primeiro trimestre de 2006, foi realizada a auto-avaliação de 2005, com algumas inovações ditas anteriormente. Nesta última etapa encontramos o foco do nosso trabalho, dentre as cinco categorias avaliadas, a saber, gestão de pessoas, gestão administrativo-financeiro, gestão participativa, gestão pedagógica e gestão de processos e resultados, vamos enfatizar a categoria referente à gestão participativa, analisando dois pontos: a atuação dos organismos colegiados e participação e envolvimento dos pais nas ações da escola.

Analisando os Dados

A análise do Relatório da Auto-Avaliação Institucional realizada numa escola pública estadual do município de Fortaleza será o foco do nosso trabalho. A Escola Esperança com quase 800 alunos encontra-se em perfeito funcionamento e estrutura física em bom estado, oferecendo o ensino fundamental e médio e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Ao analisarmos a Gestão Participativa, é importante sabermos que ela deve adquirir transparência e legitimidade, na medida em que o processo de auto-conhecimento se torna essencial para o caminhar da escola. Da Escola Esperança, ao analisar os dados referentes aos organismos colegiados, nos quais concentra-se apenas o Conselho escolar e não possui estatuto, chegamos a conclusão de que, embora todos os funcionários, alunos e pais considerem importante a participação de todos na tomada de decisões no dia-a-dia da escola, a atuação dos organismos colegiados ainda deixa muito a desejar, necessitando de um maior envolvimento e esclarecimento sobre a sua participação.

Um outro ponto analisado dentro da Gestão Participativa é sobre a participação e o envolvimento dos pais. Ao observar

os dados coletados verifica-se que a participação e o envolvimento dos pais ainda são precários e necessita-se ser mais autônoma e independente de cobrança do núcleo gestor da escola, sendo de suma importância no acompanhamento dos filhos, na sua aprendizagem e desenvolvimento na escola.

Podemos concluir, questionando, através das análises dos dados referentes à Escola Esperança como ela vem desempenhando seu papel dentro da comunidade. Podemos ver de forma clara que não há uma legitimidade no processo da Auto-Avaliação Institucional, o que nos instiga a fazermos uma pesquisa no âmbito maior, e dessa vez comprovar se realmente há ou não uma Auto-Avaliação legítima das escolas públicas estaduais do Ceará.

Referências Bibliográficas

ANDRIOLA, Wagner Bandeira.(org.) Avaliação: Fiat luz em educação. Fortaleza:edições UFC, 2003.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1998. 18ª edição atual e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Editora do Brasil SA, 1996.

HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da gestão participativa. São Paulo: Papyrus, 1994.

Sobrinho, José Dias e BALZAN, Nilton César. Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.